



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1 - Da instituição

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz, entidade civil de direito privado, filantrópica, de fins não lucrativos, conta atualmente com 73 leitos ativos, através dos quais presta relevantes serviços de assistência a população do município e região. Ressalte-se que é o único hospital do município, gozando de grande conceito junto a sociedade em função da qualidade dos serviços prestados.

No ano de 2023, destinou a maior parte de sua capacidade operativa, cerca de 82,76% aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

O hospital realizou 154.503 atendimentos (pacientes/dia), sendo 127.873 destinados ao SUS, o que demonstra a superação do que foi pactuado no contrato com a Prefeitura Municipal de Porto Feliz.

Atendimentos	2023	2022	Varição
Internação	3.410	2.475	37,77%
Pronto Socorro	124.463	94.178	32,15%
Convenios/Particular	26.630	24.911	6,91%
Total	154.503	121.564	27,09%

As verbas repassadas pelo SUS e pelos repasses da Subvenção Municipal no exercício de 2023 foram praticamente as mesmas do exercício anterior, e que totalizaram aproximadamente MR\$ 61.000, foram suficientes para cobrir os custos hospitalares no valor aproximado de MR\$ 60.000, sem levar em conta os custos administrativos e financeiros da ordem de MR\$ 3.000. Também importante registrar, que houve redução do número de funcionários ativos em 2023 (de 496 para 478), ou seja, há uma preocupação em não onerar este item, embora a demanda por serviços tenha aumentado como

decorrência natural e direta do crescimento populacional, além da migração dos Planos de Saúde particulares para o SUS, fenômeno cuja origem pode ser atribuída à crise econômica, política e social que o país sofre já há algum tempo..

**Rua Olavo de A. Fleury, 104 – Centro – Porto Feliz/SP – 18540-000 – Fone:(15) 3261.8800
www.santacasaportofeliz.org.br**



Os pontos cruciais da administração, folha de pagamento e aquisição de materiais, medicamentos e serviços estiveram, sob a ótica econômica e orçamentária, controlados, eliminando a hipótese de serem os sabotadores por resultado melhor. No entanto, a entidade se viu obrigada já ao final do exercício de 2021 a recorrer a empréstimos bancários para poder honrar compromissos com fornecedores e funcionários, aumentando sua dívida de longo prazo. Mensalmente, paga-se entre amortização e juros um valor aproximado de MR\$ 460 / ano. A entidade viu-se ainda obrigada a efetivar parcelamentos de obrigações fiscais e tributárias, cuja amortização anual foi de MR\$ 950.

2 – Cenário 2023

O resultado do ano esteve aquém de nossas expectativas, mas ainda assim é visto como razoável ante todas as dificuldades inerentes à Saúde, principalmente comparado ao quadro geral do país. O desempenho daquilo que dependeu da administração, esteve rigorosamente sob controle, ou seja, deuse continuidade aos seguintes pontos, em consonância ao estabelecido como estratégia de recuperação. A redução do estoque estratégico de materiais e medicamentos; o alongamento dos prazos de pagamentos; renegociação de valores e serviços com as operadoras de serviço de saúde (convênios); redução do quadro de funcionários

Não obstante a todas as dificuldades econômicas, sociais e políticas a Irmandade da Santa Casa de Porto Feliz vem mantendo serviços de excelência a população da cidade em todos os seus setores de operação.

A

ADMINISTRAÇÃO

Rua Olavo de A. Fleury, 104 – Centro – Porto Feliz/SP – 18540-000 – Fone:(15) 3261.8800
www.santacasaportofeliz.org.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Conselheiros da

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ

Porto Feliz - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ (“Entidade”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações, as mutações no seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rua Pará, 283 – Santa Terezinha - Sorocaba SP – 18035-100 – Fone: (15) 99786-5111
www.acrauditores.com.br

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras, que descreve os ajustes de exercícios anteriores realizados no exercício de 2023, onde foi alterado a estimativa quanto a Provisão para Contingências Cíveis e Trabalhistas, sendo observado a NBC TG 23, que trata sobre as Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

Continuidade operacional

Sem ressaltar nossa opinião quanto ao assunto, a Entidade apresentou superávit líquido de MR\$ 114 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e naquela data o Passivo Circulante excedia seu Ativo Circulante em MR\$ 8.541 e, seu Passivo total excedia o Ativo total em MR\$ 7.086, que corresponde ao Passivo a Descoberto ou Patrimônio Social Negativo. Esses fatores podem levantar dúvida substancial de que a Entidade tenha condições de manter a continuidade normal de suas atividades.

Outros assuntos

- **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentada para fins comparativos, foram anteriormente por nós auditadas, cujo relatório, datado de 30 de junho de 2023 continha parágrafo de ênfase sobre o Passivo a Descoberto ou Patrimônio Social Negativo de MR\$ 6.928. Nossa opinião não foi ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas de auditoria vigentes no Brasil, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação de uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança e respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Sorocaba (SP), 22 de abril de 2024.

ACR AUDITORIA E CONTABILIDADE SOCIEDADE AUDITORIA E CONTABILIDADE SOCIEDADE SIMPLES L:17325769000182
Assinado de forma digital por ACR
SIMPLES L:17325769000182 Dados: 2024.04.28 20:11:49 -03'00'

**ACR AUDITORIA E CONTABILIDADE S/S LTDA
CRC2SP035035/O-0**

JESSICA CHRISTINA MORENO GREGORIO RUBINATO:38661091802
Assinado de forma digital por JESSICA CHRISTINA MORENO GREGORIO RUBINATO:38661091802
RUBINATO:38661091802 Dados: 2024.04.28 20:12:08 -03'00'

**Jéssica Christina Moreno Gregório Rubinato
Contadora-CRC1SP297849/O-9
Registro no CNAI nº 6.224 de 18/11/2019**

Assinado de forma digital por ANTONIO CARLOS RUBINATO:98586807834
ANTONIO CARLOS RUBINATO:98586807834

Antonio Carlos Rubinato
Contador - CRC1SP111745/O-5
Registro IBRACON n° 5.092 de 23/08/2016

IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DA SANTA CASA DE PORTO FELIZ

CNPJ n° 55.141.725/0001-91

Balço Patrimonial

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

A T I V O

Descrição	Nota	31/dez/2023	31/dez/2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		364	224
Adiantamentos a funcionários	5	3	-
Estoque de medicamentos e insumos	6	2.619	1.580
Depósitos judiciais	5	25	25
Clientes e convênios a receber	5	226	233
TOTAL DO CIRCULANTE			
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo		1.933	1.944
Caixa geral	4	4	1

Rua Pará, 283 – Santa Terezinha - Sorocaba SP – 18035-100 – Fone: (15) 99786-5111

www.acrauditores.com.br

Bancos c/ movimento – recursos sem restrição	4	1	1
Bancos c/ movimento – recursos com restrição	4	6	4
Aplicações financeiras – recursos sem restrição	4	-	26
Aplicações financeiras – recursos com restrição	4	353	192
Outros créditos		2.873	1.838
Ação judicial a receber	7	1.889	1.889
Investimentos	8	44	55
Imobilizado		7.550	5.839
		9.483	7.783
		12.720	9.845
Terrenos sem restrição	9	1.269	1.269
Edificações sem restrição	9	2.692	2.692
Bens hospitalares e não hospitalares sem restrição	9	7.584	5.498
(-) Depreciações acumuladas	9	(3.995)	(3.620)

TOTAL DO NÃO CIRCULANTE

TOTAL DO ATIVO

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DA SANTA CASA DE PORTO FELIZ

CNPJ nº 55.141.725/0001-91

Balanco Patrimonial

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL

Descrição	Nota	31/dez/2023	31/dez/2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	2.216	772
Obrigações com pessoal	11	3.001	2.860
Férias e encargos sociais a pagar	11	6.204	5.431
Obrigações Tributárias	12	357	434
TOTAL DO CIRCULANTE		11.778	9.497
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para contingências	15	4.661	4.534
Empréstimos nacionais	13	2.131	906
Parcelamentos de tributos e contribuições	14	1.236	1.838
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(7.086)	(6.928)
TOTAL DO PASSIVO+PATRIMONIO LÍQUIDO			
		12.720	9.845
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		8.028	7.278

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio social	16	562	562
Ajustes de avaliação patrimonial	16	3.011	3.011
(-) Amortização da avaliação patrimonial	16	(13)	(13)
Resultados acumulados	16	(11.134)	(10.862)
Resultado de 31.12.2022	16	374	374
Resultado de 31.12.2023	16	114	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DA SANTA CASA DE PORTO FELIZ

CNPJ nº 55.141.725/0001-91

Demonstração do Resultado do Exercício

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	31/dez/2023	31/dez/2022
RECEITA OPERACIONAL			
Repasses – Pronto socorro	18	48.120	41.092
Repasses – Programa saúde da família	18	10.711	10.440
Repasses – Contratualização SUS	17	983	1.605
Contrato – prefeitura	18	482	2.400
Convênios e particulares	17	7.647	5.426
Fundo Municipal de Saúde	18	1.055	-
Doações e subvenções	18	77	197
Isenções INSS cota patronal	18	5.017	4.678

		74.092	65.838
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Custos – Contrato prefeitura	19	(21.849)	(20.070)
Custos – Pronto socorro	19	(25.401)	(21.558)
Custos – Programa saúde da família	19	(11.210)	(10.605)
Custos – Contrato SUS	19	(990)	(1.155)
Custos – Fundo Nacional de Saúde	19	(269)	(-)
Custos – Convênios e particulares	19	(5.966)	(4.689)
		(65.685)	(58.077)
		8.407	7.761
RESULTADO BRUTO			
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas	20	(3.240)	(2.708)
Despesas financeiras	21	(233)	(228)
Receitas financeiras	21	146	166
Receitas de alugueis	21	51	61
Isenções INSS cota patronal	18/22	(5.017)	(4.678)
		(8.293)	(7.387)
		114	374
RESULTADO SUPERÁVIT/DÉFICIT LÍQUIDO			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DA SANTA CASA DE PORTO FELIZ

CNPJ nº 55.141.725/0001-91

Demonstração do Resultado Abrangente

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Descrição	31/dez/2023	31/dez/2022
-----------	-------------	-------------

Superávit / Déficit do exercício	114	374
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	114	374

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DA SANTA CASA DE PORTO FELIZ

CNPJ nº 55.141.725/0001-91

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Descri�o	Patrimônio Social	Reservas	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	562	42	(14.155)	(13.551)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	248	248
Superávit líquido do período	-	-	242	242
Saldos em 31 de dezembro de 2020	562	42	(13.665)	(13.061)
Reversão de reservas	-	(42)	-	(42)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	322	322
Déficit líquido do período	-	-	(3.382)	(3.382)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	562	-	(16.725)	(16.163)
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	8.860	8.860
Superávit líquido do período	-	-	374	374
Saldos em 31 de dezembro de 2022	562	-	(7.490)	(6.928)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(272)	(272)
Superávit líquido do exercício	-	-	114	114
Saldos em 31 de dezembro de 2023	562	-	(7.648)	(7.086)

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es financeiras.

IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DA SANTA CASA DE PORTO FELIZ

CNPJ nº 55.141.725/0001-91

Demonstração do Fluxo de Caixa

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

1- Das atividades operacionais: 31/dez/2023 31/dez/2022 A – Provenientes das operações

Superávit/Déficit do exercício	114	374
Depreciações e amortizações	375	432
Ajustes de exercícios anteriores	(272)	8.860
	217	9.666
B – Acréscimos/Decréscimos nos ativos e passivos:		
Estoques	(1.039)	16
Valores a receber	7	(79)
Adiantamentos a funcionários	(3)	101
Despesas diferidas	-	12
Fornecedores	1.444	(323)
Obrigações trabalhistas	914	(137)

Obrigações fiscais	(679)	(39)
Provisões de contingências	127	(9.080)
(=) Total dos acréscimos/decrécimos nos ativos e passivos	771	(9.529)
(=) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	988	137
2- Das atividades de investimentos		
Pela baixa em investimentos	12	-
Pela aquisição de equipamentos	(2.085)	(290)
(=) Caixa gerado pelas atividades de investimentos	(2.073)	(290)
2- Das atividades de financiamentos		
Empréstimos de longo prazo	1.225	(222)
(=) Caixa gerado pelas atividades de financiamentos	1.225	(222)
4-Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	140	(375)
5-Demonstração do aumento/redução de caixa e equivalente de caixa		140
		(375)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	224	599
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	364	224

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO FELIZ – CNPJ nº 55.141.725/0001-91

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz**, fundada em 31 de março de 1907, considerada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 68.716 de 07 de junho de 1971; de Utilidade Pública Estadual pela Lei Estadual nº 8.598 de 11 de janeiro de 1965, e de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal nº 1.715 de 03 de maio de 1968 uma sociedade civil de natureza e finalidade filantrópica de caráter geral, sem intuítos lucrativos, com sede e foro na cidade de Porto Feliz, Estado de São Paulo, sito à Rua Olavo Assumpção Fleury nº 101, e que tem por objeto: (a) praticar e desenvolver obras de misericórdia, (b) administrar, manter em funcionamento e desenvolver a Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz; (c) Administrar, manter e desenvolver outros estabelecimentos médico-hospitalares ou parahospitalares, mediante convênio ou contrato ou que venha a criar, adquirir ou receber doações ou comodato e que se destinem à prestação de assistência médico- hospitalar a enfermos e acidentados.

Com mais de um século de existência, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz vem se destacando na atenção à saúde da população local e regional, não apenas por ser o único Hospital e Maternidade da cidade, mas pela qualidade e eficiência dos serviços prestados, o que faz dela, referência na região.

A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz ocupa um grande quarteirão numa área total de 8.847 metros quadrados, sendo 2.965 metros quadrados de área construída. Possui 73 leitos, prestando atendimento em todas as especialidades médicas. Atende pacientes de Porto Feliz e outros municípios, predominantemente através do SUS.

A UTI, de 10 leitos, é referência local, assim como as cirurgias ortopédicas de média complexidade. O Hospital possui um moderno e bem equipado Centro Cirúrgico, onde são realizadas, em média, 100 cirurgias/mês.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas e, em especial, a ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros e pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração avaliou a capacidade da Entidade em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Entidade em 22 de abril de 2024. A Administração da Entidade afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma na correspondente nota explicativa.

2.3 Moeda de apresentação funcional

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas da ANS e as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Entidade e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 5 - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa de bens e títulos a receber;

Nota explicativa nº 9 - Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado;

Nota explicativa nº 15 - Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

3. Resumo das principais políticas contábeis

A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicações ao contrário.

Além disso, a Entidade adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas/principais”. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre as políticas contábeis divulgadas na nota explicativa nº 3 em determinados casos.

3.1 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a política contábil da Entidade e por atender as condições da seção 11 do Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Entidades, portanto, são ativos financeiros básicos da Entidade: i) Disponível; ii) Aplicações financeiras; iii) Créditos de operação com planos de assistência à saúde; e iv) Bens e títulos a receber.

Os passivos financeiros básicos da Entidade são: i) Débitos de operações de assistência à saúde; ii) Empréstimos e financiamentos a pagar; e iii) Débitos diversos.

Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado. As aplicações financeiras e outros investimentos são mensuradas ao valor justo por meio do resultado

A Entidade reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade não possui instrumentos financeiros derivativos.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa – disponível e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de disponível (numerário em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

Rua Pará, 283 – Santa Terezinha – Sorocaba/SP – Cep. 18.035-100 – (15) 99786.5111

www.acraudidores.com.br

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

3.3 Créditos a receber

Os créditos de operações de assistência à saúde, são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. Os saldos são substancialmente relativos a serviços prestados para convênios e para o SUS.

3.4 Estoque

Os estoques são demonstrados pelo custo de aquisição ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do "custo médio ponderado". O custo dos estoques compreende o valor dos materiais médicos, medicamentos, insumos e almoxarifado (material de expediente e limpeza) utilizados nas operações da Entidade e serviços próprios.

3.5 Imobilizado

Compreendido, predominantemente, pela infraestrutura de Edificações administrativas. O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas aplicadas anualmente são:

Descrição	Taxa de depreciação
Edificações	4%
Máquinas e equipamentos	20%
Equipamentos de informática	20%
Móveis e utensílios	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outros ingressos operacionais no resultado.

3.6 Impairment de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado e quando o valor em uso do ativo ou o seu valor de mercado é menor que o valor contábil é registrado a perda por *impairment* entre essa diferença

3.7 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.8 Fornecedores e prestadores de serviço

As contas a pagar são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável

3.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas (*impairment*) quando necessário.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.10 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

(ii) Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

(iii) Obrigações legais

São registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.11 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos

As despesas financeiras abrangem, basicamente, despesas bancárias e juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

3.12 Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração do fluxo de caixa está apresentada pelo método indireto.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Modalidade	31.dez.2023	31.dez.2022
Caixa tesouraria	4	1
Bancos conta movimento	7	5
Aplicações financeiras (i)	353	218
	<u>364</u>	<u>224</u>

(i) As aplicações financeiras foram realizadas em instituições financeiras nacionais e são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários. As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, com rentabilidade percentual do CDI, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Entidade.

5 Créditos a receber

Composto por:

Descrição	31.dez.2023	31.dez.2022
------------------	--------------------	--------------------

Depósitos / Bloqueios judiciais (i)	25	25
Adiantamentos a funcionários (ii)	3	-
Créditos a receber de convênios (iii)	226	233
	254	258

(i) Bloqueios judiciais em contas corrente por conta de ações judiciais.

(ii) Adiantamentos a funcionários para posterior desconto em folha de pagamento.

(iii) Contas a receber referente aos contratos de convênios firmados para atendimento. Não há provisão constituída para perdas na realização desses créditos a receber em 31.12.2023;

6 Estoques

Os estoques referem-se a medicamentos, materiais hospitalares e outros produtos utilizados pela Entidade, e estão avaliados pelo custo médio. Não há perdas estimadas.

Descrição	31.dez.2023	31.dez.2022
Medicamentos	501	333
Materiais hospitalares	1.127	849
Outros insumos e materiais	991	398
	2.619	1.580

7 Outros créditos a receber de longo prazo

Representam valores provenientes de direitos a receber, sobre o processo judicial nº 1002013-41.2016.8.26.0471.

Descrição	31.dez.2023	31.dez.2022
Ação judicial de cobrança a receber	1.889	1.889
	1.889	1.889

8 Investimentos

Representados por:

Descrição	31.dez.2023	31.dez.2022
Título de capitalização	15	15

Rua Pará, 283 – Santa Terezinha – Sorocaba/SP – Cep. 18.035-100 – (15) 99786.5111

www.acraauditores.com.br

Cotas de capital – Sicoob	1	1
Cotas de capital – Sicredi	28	39
	44	55

9 Imobilizado sem restrição

Demonstrado com base no valor original de custo acrescido das reavaliações efetuadas:

Movimentação do Imobilizado					
Descrição	2022	2023			
	Imobilizado Líquido	Aquisição	Alienação	Depreciação	Imobilizado Líquido
Edificações	1.951	-	-	(28)	1.923
Terrenos	1.269	-	-	(-)	1.269
Instalações	125	-	-	(-)	125
Equipamentos médicos	1.756	2.085	-	(337)	3.505
Equipamentos de informática	365	-	-	(9)	356
Equipamentos de segurança	3	-	-	(1)	2
Móveis e máquinas	290	-	-	-	290
Outras imobilizações	80	-	-	-	80
Total	5.839	2.085	-	(375)	7.550

A Administração da Entidade revisou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, e através de Laudo de Avaliação emitido em julho/2019, levou a efeito a sua reavaliação (**impairment**), e não foram identificadas modificações relevantes nas estimativas anteriormente determinadas.

10 Fornecedores

As obrigações com fornecedores foram registradas com base em documento contábil hábil respeitando o período de competência. A Entidade continua dificuldades, porém cumprindo integralmente com suas obrigações. Os serviços prestados por terceiros (pessoa física ou jurídica) foram apropriados com base nos relatórios de produção e documentos fiscais.

Descrição	31.dez.2023	31.dez.2022
Fornecedores de materiais e insumos	1.238	537
Prestadores de serviços	978	235
	2.216	772

Rua Pará, 283 – Santa Terezinha – Sorocaba/SP – Cep. 18.035-100 – (15) 99786.5111

www.acraauditores.com.br

a-) Composição por idade de vencimentos:

Modalidade	31.dez.2023		31.dez.2022	
	Materiais	Serviços	Materiais	Serviços
Vencidos	39	-	11	-
Á vencer em até 30 dias	598	687	269	235
A vencer de 31 a 60 dias	438	291	188	-
A vencer de 61 a 90 dias	149	-	64	-
A vencer de 91 á 120 dias	14	-	5	-
	1.238	978	537	235

11 Salários, encargos sociais e contribuições

Valores de obrigações trabalhistas e previdenciárias estão assim demonstrados:

Descrição	31.dez.2023	31.dez.2022
Salários a pagar	1.450	1.349
Pensão alimentícia a pagar	4	3
INSS a recolher	411	460
FGTS á recolher	722	668
Férias e encargos a pagar	6.204	5.431
Consignado á pagar	75	32
	8.866	7.943

12 Obrigações fiscais (impostos retidos)

Valores de obrigações tributárias referentes aos impostos federais, estaduais e municipais, estando assim demonstrados:

Descrição	31.dez.2023	31.dez.2022
IRRF – código 0588	0	1
IRRF – código 1708	143	156
IRRF – código 0561	339	332
PIS – folha	0	16

Rua Pará, 283 – Santa Terezinha – Sorocaba/SP – Cep. 18.035-100 – (15) 99786.5111

www.acraudidores.com.br

ISSQN retido	2	2
Pis/Cofins/Csll retidos	212	275
	696	782

13 Empréstimos e financiamentos (longo prazo)

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

Descrição	Taxa Juros % a.m.	Parcelas a	Liquido em	Liquido em
CEF – 25.4287.610.000003-65	1,19 a.m.	35	573	906
CEF – 25.4287.610.000005-67	1,26 a.m.	54	1.558	-
		Pagar	2.131 31.dez.2023	906 31.dez.2022

a-) As garantias dos empréstimos tomados pela Entidade, junto a Caixa Econômica Federal, são os recebíveis do convênio SUS.

b) A Entidade não contratou nos exercícios findos e 31/12/2023 e 31/12/2022 financiamentos com cláusulas restritivas ("Covenants").

14 Parcelamento de encargos federais (longo prazo)

Valores de obrigações referentes a parcelamentos feitos com a União, estando assim demonstrados:

Descrição	31.dez.2023	31.dez.2022
Parcelamento FGTS – (240 parcelas)	67	203
Parcelamento Não Previdenciário – 60 parcelas	82	135
Parcelamento Previdenciário – 84 parcelas	0	115
Parcelamento Previdenciário – 60 parcelas	187	221
Parcelamento Não Previdenciário – 60 parcelas	87	139
Parcelamento Não Previdenciário – 60 parcelas	320	447
Parcelamento Não Previdenciário – 60 parcelas	166	434
Parcelamento Não Previdenciário – 60 parcelas	74	144
Parcelamento Previdenciário – 60 parcelas	253	-

Rua Pará, 283 – Santa Terezinha – Sorocaba/SP – Cep. 18.035-100 – (15) 99786.5111

www.acrauditores.com.br

1.236

1.838

15 Provisão de contingências (longo prazo)

De acordo com entendimento da Administração apoiada na assessoria da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz sobre os processos em andamento, algumas ações não procedem, portanto, existe a possibilidade de sentenças favoráveis ao hospital. Outras ações caso forem perdidas, podem ocorrer em montantes inferiores aos valores reclamados. Na maioria, em razão da morosidade processual o desfecho da sentença será de longo prazo. Em face do exposto, somente foram provisionadas as contingências passivas de perdas prováveis, decorrentes de processos judiciais, reivindicações e reclamações.

Em 31 de dezembro de 2023, os valores estimados das contingências, dessa forma foram apresentados:

Descrição		
Processos cíveis	1.320	1.590
Processos trabalhistas	3.341	2.944
	4.661	4.534
	31.dez.2023	31.dez.2022

16 Patrimônio líquido

a- Patrimônio social

Constituído pela adoção inicial de seus outorgantes, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

Em 31 de dezembro de 2023 o Patrimônio Social apresentava-se negativo no montante de (MR\$ 7.086), e em 31 de dezembro de 2022, negativo em (MR\$ 6.928).

b- Superávit apurado

O superávit apurado em 2023 é de MR\$ 114, e deve ser destinado ao patrimônio social após aprovação dessas demonstrações financeiras em Assembleia Gera Ordinária.

17 Receitas de serviços hospitalares

Produziram os seguintes efeitos reconhecidos em resultado:

Rua Pará, 283 – Santa Terezinha – Sorocaba/SP – Cep. 18.035-100 – (15) 99786.5111

www.acraudidores.com.br

Descrição	31.dez.2023	31.dez.2022
Receitas de serviços SUS (i)	179	1.605
Convênios e particulares (ii)	7.647	5.426
	7.826	7.031

(i) Faturamento de procedimentos e incentivos de contratualização.

(ii) Atividades de saúde suplementar realizadas pelo hospital.

18 Subvenções, doações e outras receitas

Produziram os seguintes efeitos reconhecidos em resultado:

Descrição	31.dez.2022	31.dez.2022
Subvenção Municipal (i)	51.271	51.032
Fundo Municipal de Saúde	1.055	-
Convênio – Recurso Federal	8.846	2.900
Doações (ii)	77	197
Inss – Isenção cota patronal	5.017	4.678
	66.266	58.807

(i) Faturamentos do pronto socorro e programa saúde da família.

(ii) Representando doações de medicamentos e insumos e de particulares.

19 Custeio hospitalar

São os gastos provenientes de convênios firmados com a Prefeitura Municipal de Porto Feliz, bem como dos gastos com os convênios particulares, para a operacionalização dos projetos e atividades pré-determinada.

Descrição	31.dez.2023	31.dez.2022
Custeio do pronto socorro	(25.401)	(21.558)
Custeio do contrato municipal	(21.849)	(20.070)
Custeio do programa saúde da família	(11.210)	(10.605)
Fundo Nacional de Saúde	(269)	(-)
Custeio da contratualização SUS	(990)	(1.155)
Custeio dos convênios particulares	(5.966)	(4.689)
	(65.685)	(58.077)

20 Custos administrativos e gerais

São gastos provenientes de despesas gerais, impostos e contribuições, encargos de depreciação efetivados na operacionalização da Entidade.

Descrição	31.dez.2023	31.dez.2022
Despesas gerais e administrativas	(2.708)	(2.176)
Impostos e contribuições	(271)	(100)
Encargos de depreciação	(375)	(432)
Inss – cota patronal	(5.017)	(4.678)
	(8.371)	(7.386)

21 Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro das movimentações dos instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas, produziram os seguintes efeitos reconhecidos em resultado:

Descrição	31.dez.2023	31.dez.2022
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	134	132
Juros ativos/descontos obtidos	12	34
Aluguéis e arrendamentos	51	61
	197	227
Dispêndios financeiros		
Juros passivos/descontos concedidos	(190)	(193)
Juros s/ empréstimos e financiamentos	(18)	(8)
Despesas bancárias	(25)	(27)
	(233)	(228)
	(36)	(1)

22 Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas

Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, são demonstrados a seguir os valores relativos à isenção previdenciária como se fossem gozados durante o exercício:

Mes de Competência	Base de Calculo	Empregador 20%	Outros 7,8%	31.dez.2023 Total	31.dez.2022 Total
Janeiro	1.489	298	116	414	383
Fevereiro	1.407	280	111	391	380
Março	1.437	287	112	399	363
Abril	1.506	301	118	419	390
Maio	1.542	309	120	429	389
Junho	1.477	296	115	411	378
Julho	1.502	301	117	418	444
Agosto	1.517	304	118	422	390
Setembro	1.498	299	117	416	381
Outubro	1.566	313	122	435	398
Novembro	1.589	318	124	442	398
Dezembro	1.516	303	118	421	384
	18.046	3.609	1.408	5.017	4.678

23 Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente a manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sócias, desde que atenda as demais condições legais.

A Entidade enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda, e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que possa afetar a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Entidade estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral 5 anos), consoante a legislação aplicável a cada circunstância.

24 Passivo a descoberto e plano de recuperação

As demonstrações financeiras da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz continuam apresentando deficiência de capital de giro, sendo que os passivos tributários e trabalhistas foram parcelados através da Lei 11.345, e os valores transferidos para o Exigível a Longo Prazo, e possibilitando obtenção de certidões de débito positiva com efeito negativo, tornando a Entidade apta a obter subvenções e outras verbas públicas.

O plano de ação desenvolvido pela atual diretoria administrativa tem os seguintes pontos principais:

a-) Readequação entre despesas e receitas de acordo com as necessidades mínimas para assegurar a manutenção dos serviços prestados a população e continuidade do hospital; b-) Redução do quadro de funcionários com aprimoramento e distribuição dos remanescentes aos setores competentes, procurando melhorar a eficiência, dinâmica dos serviços e redução de custos; c-) Obtenção junto ao poder público de mais recursos para cobertura dos déficits; d-) Obtenção de recursos através de doações e patrocínios junto a entidades civis e a população em geral; e-) A Administração também acredita que a possibilidade de um prognóstico favorável, sobre ações em fase de conclusão e que podem minimizar positivamente o quadro deficitário atual

25 Atendimentos

Com observância ao disposto pelo artigo 4º, inciso III, da Lei nº 12.101 de 27/11/2009, e ao Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, a Entidade ofertou ao gestor local do SUS, através de ofício protocolado, a prestação de seus serviços no percentual mínimo de 70% para o exercício de 2023. A Irmandade da Santa Casa é hospital de referência da Secretária de Saúde do Município para internações hospitalares. O volume de internações processadas no exercício de 2023 está demonstrado nos quadros abaixo:

a-) <u>Pacientes / Dia</u>	2023		2022	
	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>	<u>Quantidade</u>	<u>%</u>
Número de pacientes/dia SUS	2.901		2.475	
Número de pacientes/dia Não SUS	509		562	
Total de Pacientes/Dia	3.410	85%	3.037	81%
<u>b-) Atendimentos Ambulatoriais</u>				
SUS	98.342		94.178	
Não SUS	2.614		24.349	
Total Atendimentos Ambulatoriais	124.463	79%	118.517	79%

26 Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Entidade enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o

não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza a Entidade.

O entendimento da Administração da Entidade é que suas rendas decorrem de suas operações próprias e, portanto, não são sujeitas à tributação. O conceito de "operação própria" é definido como sendo qualquer atividade ou transação cuja renda viabilize, no todo ou em parte, exclusivamente, a manutenção e a realização dos objetivos sociais da Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza fiscal que possa afetar de maneira significativa a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

As declarações de rendimentos da Entidade estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais por período prescricional de cinco anos.

27 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS

A Entidade protocolou em 09/03/2022, tempestivamente o seu requerimento de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, conforme SEI nº 25000.033978/2022-01, o qual conforme declaração emitida pelo Ministério da Saúde, através da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde através do Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, encontrava-se pendente de julgamento.

Diante disso a entidade, conforme Declaração do órgão regulador datada de 02/03/2023, teve o seu Certificado (SEI nº 25000.043857/2019-63), e sua vigência prorrogada por meio da Portaria SAES/MS nº 179 de 15/02/2023, e publicada no D.O.U. de 31/12/2022, para o período **de 05/04/2019 a 31/12/2023**, em observância ao disposto no artigo 40, § 1º, da Lei Complementar nº 187/2021 de 17 de dezembro de 2021.

Nosso processo continua ainda sob análise do Ministério da Saúde, conforme declaração de tempestividade, portanto, estando ativa até que seja concluída a referida análise, para emissão do Certificado.

28 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros como contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos. A Administração dos instrumentos financeiros que a Entidade mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes de mercado.

29 Ajustes de exercícios anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores compõem a linha de Resultados Acumulados do Balanço Patrimonial (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios Anteriores). Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores registram os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Descrição dos lançamentos	Valor
Saldo inicial	-
02.01.2023 – Ajustes na provisão de contingências	(10)
31.12.2023 – Ajustes na provisão de contingências	282
Total	272

30 Composição dos órgãos de Administração da Entidade

A Entidade contará com os seguintes órgãos de Administração, conforme determina seu Estatuto Social:

Mesa Administrativa – Constituída de 6 (seis) membros titulares e suplentes, que dirigirá, fiscalizará e controlará a Entidade, com mandato de três anos, prestando contas ao Conselho Fiscal e a Assembleia Geral, bem como elaborar o orçamento e programa e o balanço de cada exercício. Membros da Mesa Administrativa não poderão ser nomeados para o Conselho Fiscal.

Conselho Fiscal – Órgão de controle interno, responsável pela fiscalização da gestão econômico-financeira da Entidade e operações patrimoniais, com mandato de três anos, e é composto por 3 membros efetivos e outros 3 suplentes.

31 Cobertura de seguros (não auditado)

A Administração da Entidade adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

32 Aspectos ambientais

A Entidade está sujeita a regulamentação da ANVISA, em especial a RDC 306, que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviço de saúde. A Entidade diminui os riscos associados com assuntos ambientes com processos operacionais e contratação de serviços especializados para a destinação dos resíduos relacionados às atividades de assistência médico-hospitalar. A entidade acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

33 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

33.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Entidade participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

Rua Pará, 283 – Santa Terezinha – Sorocaba/SP – Cep. 18.035-100 – (15) 99786.5111

www.acrauditores.com.br

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A Entidade não possuía contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2023 e 2022.

33.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a Entidade contra eventuais riscos financeiros. A gerência financeira estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Entidade possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: a) risco de mercado; b) risco de crédito; e c) risco de liquidez.

a Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações — afetarem os ganhos da Entidade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Entidade não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

A Entidade não aplica contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado

a.1 Risco de taxa de juros

A Entidade não possui alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros para seus financiamentos. A Entidade não trabalha com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

a.2 Risco cambial

A Entidade não está exposta a riscos cambiais.

b Riscos de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde e operações compromissadas. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. O faturamento de assistência à saúde é liquidado, substancialmente, por meio de boleto bancário.

Rua Pará, 283 – Santa Terezinha – Sorocaba/SP – Cep. 18.035-100 – (15) 99786.5111

www.acraauditores.com.br

b.1 Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

<u>Descrição</u>		<u>Nota</u>	<u>31/dez/2023</u>	<u>31/dez/2022</u>
		Disponível		4
11	6			
	Aplicações financeiras	4	353	218
	Convênios a receber	5	226	233
	Outros valores a receber	5	3	0
			593	457

c Riscos de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Entidade.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as Entidades de saúde, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Entidade investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes e não possui garantias.

33.3 Gestão de capital

Os objetivos da Entidade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Entidade para oferecer benefícios às partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2023, a Entidade possui, aproximadamente, 3% (2% em 2022) do seu ativo total registrado como disponível e aplicações financeiras.

34 Eventos subsequentes

A Entidade, até 122 de abril de 2024, não identificou quaisquer eventos subsequentes significativos para divulgação nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023.



Mauricio Estimo Michelin
CRC1SP290222/O-0

Murilo Tassignon Diretor Presidente

Contador –



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento da Lei e do Estatuto Social, o Conselho Fiscal da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Feliz, CNPJ nº 55.141.725/0001-91, no exercício de suas atribuições, examinou as Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultado, Demonstrativo do Resultado Abrangente, Demonstrativo das Mutações no Patrimônio Líquido, Demonstrativo do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas), como segue:

1. O Conselho Fiscal apreciou, também, o Relatório dos Auditores Independentes e endereça-lhes o seu apreço pela colaboração prestada;
2. Na sequência da análise feita aos documentos apresentados, o Conselho Fiscal é de opinião que, de uma forma geral, os mesmos refletem a posição econômico-financeira da Irmandade em 31 de dezembro de 2023 e estão em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.
3. Tendo em consideração os elementos apresentados, o Conselho Fiscal é de parecer que:

Seja aprovado o Relatório dos Auditores Independentes bem como as Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado, Demonstrativo do Resultado Abrangente, Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrativo do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras).

Porto Feliz (SP), 30 de abril de 2024.

Nome	Cargo
Donizeti Aleixo de Almeida	Conselheiro Fiscal
Antonio Luiz Pilon	Conselheiro Fiscal
Dirceu Barbieri Junior	Conselheiro Fiscal

**Rua Olavo de A. Fleury, 104 – Centro – Porto Feliz/SP – 18540-000 – Fone:(15) 3261.8800
www.santacasaportofeliz.org.br**
